



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1014356-12.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Luiz Olavo Braga Oliveira Ribeiro**
 Requerido: **Sewal Posto de Combustíveis**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em data determinada, após encerrar seu expediente de trabalho, foi até o estabelecimento do réu para abastecer o automóvel e tomar uma xícara de café.

Alegou ainda que enquanto o fazia houve um roubo no local com o emprego de arma de fogo, tendo o seu agente subtraído dentre outros objetos uma carteira de sua propriedade, na qual havia a importância de R\$ 100,00, seu telefone celular e seu relógio.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

Os fatos trazidos à colação não despertam maiores controvérsias, apurando-se efetivamente que na ocasião em apreço houve um roubo no estabelecimento do réu e que bens do autor foram subtraídos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse sentido é o documento de fls. 13/15, bem como a prova testemunhal produzida (os depoimentos de Thiago Anderson Mendonça e Hermes Bernardes da Silva são coesos a propósito da subtração implementada na oportunidade que se concretizou com o emprego de arma de fogo).

Resta então definir se a partir disso o réu teria a obrigação de reparar os danos materiais e morais sofridos pelo autor enquanto uma das vítimas daquele crime.

Preservado o respeito aos que porventura perfilhem entendimento diverso, reputo que na situação específica analisada nos autos não se pode cogitar de responsabilidade alguma a cargo do réu.

Isso porque conquanto em casos afins os proprietários de estabelecimentos dessa natureza (posto de combustíveis) disponibilizem segurança própria, as medidas a esse título não são obrigatórias e extravasam o objeto de sua atividade, até porque não recai sobre eles o dever de assegurar de forma plena a tranquilidade dos que o frequentam sob essa ótica.

Ademais, o cometimento do ilícito penal indicado configura o que se denomina fortuito externo que exime de responsabilidade o estabelecimento comercial.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já consagrou tal posição:

“A ocorrência do assalto é incontroversa, porém, como bem ponderado na r. sentença apelada, a situação envolve o autêntico fortuito externo, que exclui a responsabilidade civil da apelada, vez que não lhe é exigível garantir a segurança absoluta de todos aqueles que se dirigem ao seu estabelecimento comercial. Nesse contexto, vale ressaltar que o mencionado crime foi cometido mediante grave ameaça exercida através de emprego de arma de fogo (fls. 20), de modo que a existência de câmeras de segurança ou de um vigilante no local certamente não seriam aptas a inibir a ação criminosa noticiada nos autos.” (TJ-SP, Apelação nº 1022093-77.2013.8.26.0100, 34ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **KENARIK BOUJIKIAN**, j. 13/04/2016).

Esse v. acórdão fez consignar precedentes emanados do próprio Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo e do Colendo Superior Tribunal de Justiça no mesmo diapasão, os quais merecem transcrição:

“Apelação. Seguro. Ação regressiva. Roubo de veículo ocorrido no interior das dependências da ré. Subtração que ocorreu de forma violenta, mediante emprego de arma de fogo, configurando a inevitabilidade do evento. Fortuito externo. Exclusão do nexo de causalidade. Indenização indevida. Sentença mantida. Recurso improvido.” (TJSP, Apelação nº 0023577-78.2012.8.26.0004, Rel. **AZUMA NISHI**, 27ª Câmara da Seção de Direito Privado, j. 15/09/2015).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Processual Civil. Responsabilidade Civil. Estacionamento de lanchonete. Roubo de veículo. Força maior. Precedentes. Súmula nº 7/STJ.

1. *“A força maior deve ser entendida, atualmente, como espécie do gênero fortuito externo, do qual faz parte também a culpa exclusiva de terceiros, os quais se contrapõem ao chamado fortuito interno. O roubo, mediante uso de arma de fogo, em regra é fato de terceiro equiparável a força maior, que deve excluir o dever de indenizar, mesmo no sistema de responsabilidade civil objetiva” (REsp 976.564/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 23/10/2012).*

2. *A desconstituição das conclusões a que chegou o Colegiado a quo em relação à ausência de responsabilidade da lanchonete pelo roubo ocorrido em seu estacionamento, como pretendido pelo recorrente, ensejaria incursão no acervo fático da causa, o que, como consabido, é vedado nesta instância especial, nos termos da Súmula nº 7 desta Corte Superior.*

3. *Agravamento regimental não provido.” (STJ, AgRg no Resp nº 1.218.620/SC, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma. Julgado aos 15/08/2013, DJe: 22/08/2013 – negritos no original).*

Tendo por aplicável essa orientação à hipótese vertente, a conclusão que daí deriva é a de que o autor não faz jus ao recebimento das indenizações pleiteadas, não se vislumbrando por parte da ré a prática de ato que o justificasse.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**